

Indústrias de calçados demitindo em massa



Trabalhadores de fábrica sendo demitidos

Começou há algumas semanas uma série de demissões nas fábricas de calçados em nossa cidade, sinal de que a crise econômica começa a refletir negativamente na vida de Birigui e em seu ramo mais forte: o calçado.

Segundo informações do Sindicato dos Trabalhadores local, dezenas de trabalhadores se apresentaram somente nas últimas duas semanas, dizendo-se demitidos de indústrias que ameaçam também cerrar as portas. Foram citadas indústrias como Rafael (que já teria encerrado atividades), Ortolino (esta sofrendo alterações radicais), Stil Gil, etc, como empresas que estariam dispensando seus funcionários e passando por momentos difíceis. Os trabalhadores estão sendo devidamente atendidos no Sindicato, onde já comparecem para sa-

ber de seus direitos.

BANCOS

Este mau momento de indústrias calçadistas locais, de acordo com informações seguras, é ocasionado principalmente pelos juros que os bancos vem cobrando. As empresas não suportam as correções mensais deste a única saída é a mais grave: a diminuição do quadro ou mesmo concordata, caso não haja fechamento definitivo.

Para falar sobre o assunto, a reportagem procurou entrar em contato com o presidente do sindicato patronal, Marco Oliveira, mas este encontra-se viajando e somente no final da semana, de volta à cidade, retomará as atividades dentro do sindicato e poderá falar sobre a atual situação das empresas e até o que pode fazer a associação.

Industriais em Brasília hoje

Os industriais locais Marco Antonio de Oliveira, (foto) José Manoel Sanchez e José Alexandre Sanchez estarão hoje pela manhã na cidade de Brasília, para uma audiência junto ao assessor principal do ministro da Fazenda, Dilson Funaro, José Belluzzo.

A audiência, conseguida através de contatos políticos, servirá para que os industriais locais apresentem ao assessor do mi-

nistro a real situação de Birigui, em relação às indústrias calçadistas e os reflexos da economia atual sobre as mesmas.

Reivindicações serão propostas, principalmente a de juros dos bancos mais baixos. A situação em nossa cidade começa a ficar difícil principalmente para as médias e pequenas empresas. As grandes, no entanto, também começam a sentir, pois há agora uma falta grande de pedidos, ao contrário do que ocorria há, por exemplo, um ano atrás. O preço das matérias primas também é outra dificuldade: é muito alto. O Sindicato patronal, por exemplo não vê isso como um abuso, mas como um "círculo vicioso", onde quem se vê em dificuldades, no caso os fornecedores, que também pagam caro pela matéria, tentam compensar vendendo às indústrias; as indústrias, por sua vez, para não ter prejuízo, refletem os preços nos preços aos clientes, que por sua vez, colocam preços altos dos produtos ao público.

Na quinta-feira os industriais deverão voltar, com informações sobre algum vislumbre de melhora da situação.

RA, 23 DE ABRIL DE 1.987

NÚMERO 2.772

Industriais locais na FIMEC em Novo Hamburgo

Industriais e representantes dos escritórios das empresas calçadistas de Birigui partiram na última terça-feira para o Rio Grande do Sul, mais precisamente para Novo Hamburgo, onde se desenrola a FIMEC, Feira de Máquinas e Componentes para Calçados daquela cidade.

Interessados em conhecer as mais recentes novidades no gênero, os industriais partiram em ônibus especial até a capital paulista e de lá saíram ontem em avião até a sede do evento, que contará com visitantes ligados à área calçadista de todo o Brasil. Dentre os que estão em Novo Hamburgo, despontam o presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário Marco Antonio Oliveira, (foto) o industrial Hamilton Vejalão Ferraz, representantes que variam entre cobradores, vendedores, etc. A caravana era bastante grande.

A volta dos biriguienses à cidade está prevista para o final de semana, já que a feira estende-se até amanhã (iniciou-se no dia 21). Devem retornar com muitas novidades, podendo utilizar futuramente os produtos expostos.

SINDICATO REGIONAL

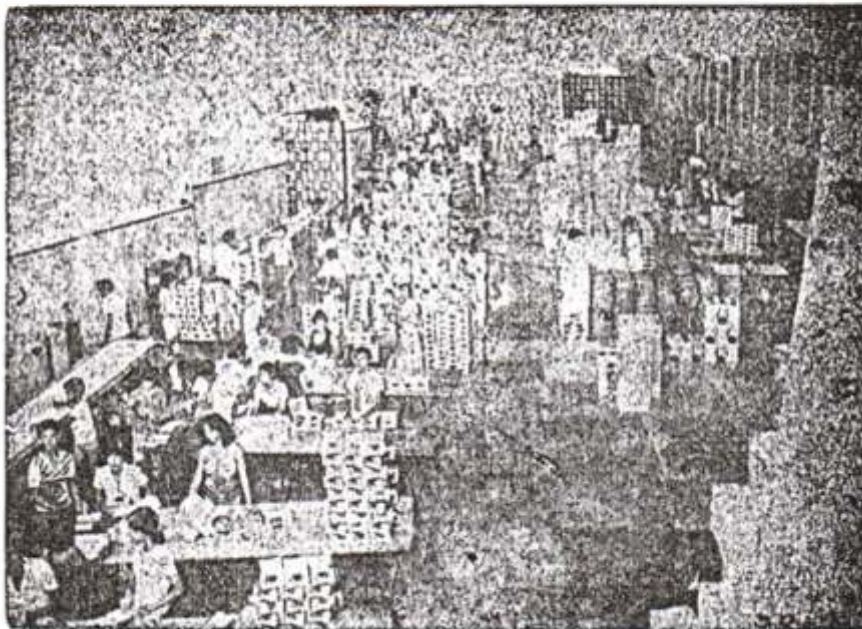
O presidente do sindicato patronal, Marco Antonio Oliveira, em contato com o



DB pouco antes da viagem a Novo Hamburgo, informou sobre a intenção da entidade em tornar-se um sindicato de âmbito regional; hoje só abrange os limites de nossa cidade no que tange à representação dos interesses das empresas.

Isso é possível, já que as cidades da região não têm, cada uma delas, um sindicato patronal da área calçadista e, segundo palavras de Marco Oliveira, "não há como terem". Assim, o sonho do sindicato pode tornar-se em breve realidade.

Indústria: previstas 4 mil demissões em junho



Estão sendo previstas para o início de junho (o que equivale dizer, para a próxima semana), 4 mil demissões em nossas empresas de vestuário. E não é um número alardeado por representantes dos trabalhadores, mas sim do próprio Sindicato das Indústrias do Vestuário, em carta enviada ao Sindicato dos Trabalhadores.

Segundo a carta, assinada pelo presidente do sindicato patronal, esta havendo há cinco meses, "total descapitalização de nossa indústria". O pequeno e médio empresários estão "no limite da saturação", alijando alienando até bens particulares.

A admissão de medidas drásticas por parte dos empresários deixa clara a atual situação. Abaixo, a íntegra da carta:

"Prezado(s) Senhor(es):

O pequeno e o médio empresário biriguiense encontram-se no limite máximo de saturação, desfazendo-se ao longo desse período de crise, de todo o seu capital de giro, alienando inclusive bens particulares para manter em dia os compromissos assumidos com fornecedores, encargos sociais e pagamento dos trabalhadores. Alguns já consumiram com os seus bens, ficaram sem a empresa e o que é pior perderam a integridade comercial.

Estamos esperando há tempos uma definição do Governo para uma política econômica eficaz no País, e só vemos promessas irrealizáveis.

Não queremos nada do Governo, apenas exigimos que trace os rumos para que sigamos tranquilos, sem percalços demagó-

gicos e irresponsáveis.

Esperamos demais, já se vão cinco meses de total descapitalização de nossa indústria. Não vemos outra saída, temos que desaquecer quase que totalmente a nossa produção. Com esse desaquecimento, estamos prevendo 4.000 desempregados no início de junho, em nossa cidade, colocando aproximadamente 15.000 pessoas em situação de pânico. Sabemos que os dispensados ganham, na maioria, de um a cinco salários mínimos, entretanto, mesmo com sacrifícios e privações pessoais, estão sustentando a prole, na tranquilidade do emprego garantido.

Estamos conscientes de ter cumprido com o nosso dever social (embora muitas vezes sejamos taxados de exploradores), suportando até aqui, com o limite máximo de nossa força, a folha de pagamento e seus encargos, sem dispendiar operários.

Prezamos dias não muito tranquilos à nossa comunidade. Nenhum pai em si consciente deixará o filho sem passar fome. O desenrolar dos acontecimentos fica à imaginação de cada um.

Por fim, pedimos a Deus pelo melhor, somos otimistas e acreditamos que um sono divino iluminará a mente de nossos governantes, para o bem do povo brasileiro.

Atenciosamente.

Sindicato das Indústrias do Vestuário
de Birigui

Marco Antonio Oliveira
Presidente"

ANO XII — Cz\$ 4,00

BIRIGUI (SP), QUINTA-FEIRA,

Sindicato: “empregado não é culpado da crise”

O presidente do Sindicato dos Trabalhadores, Odair Callegari, em contato com a reportagem, deixou claro que o sindicato estará ao lado dos trabalhadores, defendendo-o, principalmente por acreditar que, nas atuais circunstâncias, “o empregado não é o culpado da crise”, como dão a entender as indústrias, através das demissões que vêm ocorrendo, com previsão maior para junho.

Segundo Callegari, uma das medidas que sem dúvida será tomada é a proposição da redução de jornada, pelo menos para 45 horas, uma vez que as empresas alegam que estão produzindo menos porque não estão conseguindo escoar a produção a contento. Franca já tem redução para 45 horas, segundo ele.

Mas a luta maior não é esta: será no dissídio coletivo, onde negou qualquer pos-

sibilidade de um “acordo zero” (sem aumento desta vez para calçado e vestuário). Ele referia-se a um comentário de uma coluna do DB, que previa que com a crise, seria possível não haver aumento no dissídio, com tudo permanecendo como está. “O Sindicato pode até propor o acordo zero, mas contanto que o gatilho seja respeitado e que não haja demissões”. Como elas já estão ocorrendo, a possibilidade deste tipo de acordo está descartada.

“O empregado não é culpado da crise”, disse Odair. “Nos momentos em que está tudo às mil maravilhas, o empregado não é reconhecido como o principal responsável pelo aumento da produção”. Num momento de crise, é o primeiro a sofrer as consequências, segundo ele. “O Sindicato vai querer aumento e emprego”.

NOVO CONGELAMENTO ?

"Diário de Birigui" 02/07/1987
Marco Antonio Oliveira — presidente do Sindicato das Indústrias do Vestuário de Birigui e Rotary Club de Birigui XIX de Abril.

O plano denominado Bresser trouxe no seu bojo, a expectativa do novo congelamento de preços, criando a esperança do reaquecimento da economia, pela possibilidade da prática por todos os segmentos produtivos do País, dos preços máximos conhecidos no dia 12 de junho, pelo menos por 90 dias, prazo estabelecido pelo Ministério da Fazenda.

Contra a ociosidade das máquinas nas fábricas, esperava-se uma medida por parte do Governo, para definir os rumos da economia, estimulando novamente o mercado, e com isso, a sustentação da mão-de-obra e a geração de riquezas propiciadas pelos impostos arrecadados ao erário público.

Embora ninguém aceite a intervenção estatal na lei da oferta e da procura, diante da contínua onda de descapitalização da empresa nacional, pela inexistência de pedidos em carteira, aceitou-se passivamente e abrupta ingerência dos tecnocratas palacianos, com os empresários, trabalhadores e donas de casa acreditando na saída para a crise.

E a lição negativa do Cruzado Um ainda fervilhava na mente de todos, exigindo uma atitude de civilidade e civismo por parte dos brasileiros, para que se não cometessem os mesmos er-



ros do passado e que o novo congelamento fosse de fato exercido na sua plenitude.

Entretanto, a bem menos de um mês das novas medidas, sou obrigado a sair do anonimato para tentar alertar os meus companheiros, principalmente os calçadistas, para que questionem a validade do Plano Bresser, sob pena de não terem mais tempo para salvar suas empresas.

O congelamento de preços não existe e provo documentalmente o que afirmo. Se há, deve ser para aquela meia dúzia de bodes expiatórios, pequenos comerciantes que trabalharam uma vida

toda, sustentam os seus empregados, recolher em dia suas obrigações fiscais e no final são rotulados de sonegadores e remarcadores, com a televisão denegrindo-os publicamente, como se fossem marginais da pior espécie.

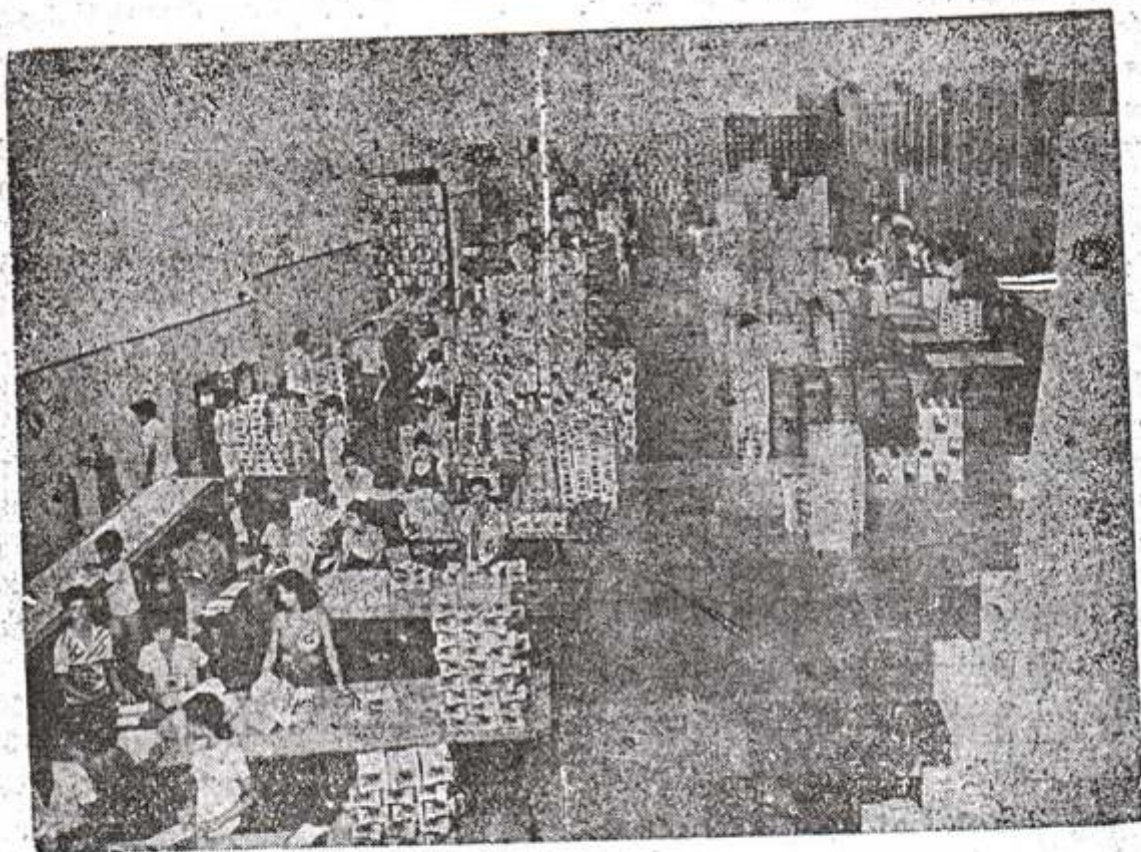
Para o grande conglomerado empresarial nunca existirá congelamento, veja por exemplo o sintético, um dos produtos básicos às fábricas de calçados de Birigui; teve um reajustamento de mais de 60% (sessenta por cento). Os materiais plásticos (solado, salto etc) contaram com o beneplácito do C.I.P. em 30% (trinta por cento). Que congelamento é esse?

Dever-se-ia congelar também, a ineficiência da máquina estatal que continua gerando o déficit público para se pagar um funcionalismo fantasma e inoperante. O Estado deveria dar o exemplo e não insuflar à desobediência civil, com esses aumentos sazonais, em benefícios de alguns poucos e prejuízos de muitos.

Esta matéria tem a finalidade de alertar o empresário para que não se iluda com o congelamento, redobre sua vigilância quanto aos seus custos operacionais, para não ter a triste certeza de estar trabalhando de graça, ou pior, pagando para trabalhar, para sustentar uma série de coisas erradas e que estão levando o País para uma situação de insustentabilidade social.

Acordemos enquanto é cedo. Este é o nosso apelo.

Dissídio: conquista difícil com o Plano Bresser



Está difícil conquistar ganhos para o trabalhador do calçado e vestuário de Birigui depois da implantação do Plano Bresser. Esta foi a conclusão a que chegou o Sindicato dos Trabalhadores local, que ora negocia com o Sindicato Patronal o dissídio de julho.

De acordo com as informações, a reunião final com os patrões, prevista para uma semana atrás, ainda não ocorreu, e tudo indica que, depois de um estudo recebido diretamente do Dieese de São Paulo, o mais respeitado instituto de estudos sócio-econômicos atualmente pela sua desvinculação do governo, os trabalhadores não terão ganhos tão reais.

Segundo um dos tópicos do longo e bem

feito estudo, "O índice oficial de inflação é o IPC. Pelo novo decreto (N. da R.: o Plano Bresser), o IPC a ser negociado será medido entre os dias 16 de um mês e 15 do mês seguinte, a partir de 16 de junho de 1987. No entanto, não há nada obrigando que a correção seja feita de acordo com a variação do IPC. Na negociação direta é possível levantar outros pontos, como reposição e aumento salarial. Porém, no caso de dissídio coletivo, não há garantia de aplicação do IPC e muito menos de outros índices econômicos. Como o Tribunal deve aplicar a lei, a reposição salarial no dissídio está proibida". Desta forma, baseando-se nisso, os trabalhadores (o próprio Sindicato admite), não tem reais garantias de uma reposição e aumento esperados.